



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 188104-1/02 - Comarca do Recife

Embargante: Município do Recife.

Embargada: Helena Oliveira Barbosa.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. NECESSIDADE DE PEDIDO FORMAL. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. O executivo fiscal de origem, com a não localização do devedor originário, não pode prosseguir contra terceiro, não originariamente previsto na CDA, sem que haja um pedido formal de redirecionamento. 2. Inteligência do art. 130 do CTN. 3. Precedente do STJ. 4. Aclaratórios improvidos à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 188104-1/02, supra referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Relatório Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 188104-1/02 - Comarca do Recife

Embargante: Município do Recife.

Embargado: Helena Oliveira Barbosa.

RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de embargos de declaração diante de acórdão adiante ementado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. NECESSIDADE DE PEDIDO FORMAL. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O executivo fiscal de origem, com a não localização do devedor originário, não pode prosseguir contra terceiro eventualmente responsável, não originariamente previsto na CDA, sem que haja um pedido formal de redirecionamento. 2. Inteligência do art. 130 do CTN. 3. Precedente do STJ. 4. Recurso de agravo improvido, por unanimidade. (AL 188104-1/01, 8CC, Des. Rel. Ricardo Paes Barreto, DJ de 31/07/2009).

Segundo o embargante, a citada decisão teria sido omissa quanto ao fato de que a citação e a penhora, efetivadas na execução fiscal, devem subsistir por atingirem o atual proprietário, nos termos do art. 34 c/c 131 do CTN.

É o relatório.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração nº 188104-1/02 - Comarca do Recife

Embargante: Município do Recife.

Embargado: Helena Oliveira Barbosa.

VOTO

A decisão desta Relatoria é bastante clara quanto ao fato de que o executivo fiscal de origem, com a não localização do devedor originário, na poderia prosseguir contra terceiro, não originariamente previsto na CDA, sem que houvesse um pedido formal de redirecionamento.

Inicialmente, arrimado no art. 130 do CTN, é de se mencionar que os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil, ou a posse de bens imóveis, como é o caso do IPTU, subrogam-se na pessoa do respectivo adquirente, sendo assim, perfeitamente possível que este integre o pólo passivo do executivo fiscal, seja originariamente, caso conste do título que embasa a execução, ou, posteriormente, mediante pedido de redirecionamento.

No caso concreto, como bem analisou o magistrado *a quo* em seu julgado, por não constar o nome do Sr. José Cosmo Castro Martins na CDA, não caberia, em tese, o prosseguimento do executivo contra ele sem um pedido formal de redirecionamento, por meio do qual seria comprovada a sua eventual legitimidade para integrar o pólo passivo.

Assim, por não ter o seu nome no termo de inscrição da dívida, o Sr. José Cosmo não tem contra si a presunção de certeza e liquidez de ser o responsável pelo crédito do IPTU objeto da execução de origem, cabendo ao Fisco Municipal, requerer o redirecionamento.

Neste sentido, a lição de Leonardo José Carneiro da Cunha, em a Fazenda Pública em Juízo, 6ª ed, Dialética, pg. 316:

"À evidência, estando o nome do responsável referido na Certidão de Dívida Ativa, a execução pode ser contra ele redirecionada automaticamente. Não estando, porém, seu nome na CDA, será possível o redirecionamento da execução contra ele, se o exeqüente comprovar, desde logo, sua responsabilidade."

Feitas estas considerações, verifico que a penhora e a citação efetivadas em face do sr. José Cosmo, de fato não devem subsistir, ante a falta de um pedido formal de redirecionamento pela municipalidade ora embargante.

Neste sentido, a jurisprudência do STJ abaixo colacionada:

B

18
1
066

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO DE TERCEIRO. PROVA DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA. PRESUNÇÃO DE CERTEZA. ALCANCE (LEI 6.830/80, ART. 3º). 1. A presunção de liquidez da certidão de dívida ativa só alcança as pessoas nela referidas. 2. Para admitir que a execução fiscal atinja terceiros, não referidos na CDA, é lícito ao juiz exigir a demonstração de que estes são responsáveis tributários (Resp 272236/SC, T1, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 25/06/2001).

Em face do exposto, conheço dos presentes aclaratórios para fins de prequestionamento do art. 135, III, do CTN o qual não entendo vulnerado, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator